

# Trajétórias criminais e reinserção social de ex-reclusos/as em Portugal: uma revisão da literatura

## Trajectories of criminality and social reintegration of former detainees: literature review

Eva Raquel X. de M. G. Chaves<sup>\*</sup>  
Clara Maria R. C. S. Santos<sup>\*\*</sup>  
Vera Mónica da S. Duarte<sup>\*\*\*</sup>

**Resumo:** O artigo evidencia que a reincidência criminal é uma variável importante na análise da trajetória de vida e na trajetória criminal dos indivíduos, especialmente quando se constata que a existência de determinados fatores de risco nas diferentes fases do ciclo vital, podem aumentar a probabilidade de reincidência criminal. Metodologicamente, foi realizada uma revisão da literatura que integrou estudos (inter)nacionais de produção científica, com a consulta de 5 bases de dados. A metassíntese qualitativa permitiu-nos construir o mapeamento analítico para a delimitação dos

**Abstract:** This article provides evidence that criminal recidivism is an important variable in the analysis of life trajectories and trajectories of criminality of the subjects, in particular it ascertains that the presence of certain risk factors in different stages of the life cycle can increase the probability of criminal recidivism. In regards to methodology, literature review included (inter)national scientific papers, resorting to 5 data-bases. Qualitative metasynthesis allowed the construction of analytical mapping of delimitation of key concepts. The results reinforce the need for

---

<sup>\*</sup> Graduate in Social Service of the Catholic University of Braga (2007). She obtained her Masters in Psychology of Justice and Deviant Behavior at the Catholic University of Porto (2010) and her Doctorate in Psychology of Justice at Fernando Pessoa University (2013) with the thesis "Children exposed to interparental violence: consequences on their developmental path and adaptation to the social environment". She currently attends the Interuniversity Doctoral Program in Social Service between the University of Coimbra and the Catholic University of Lisbon. The study on the social reintegration of ex-prisoners continues to be the focus of her research. Eva is a University professor since 2018. Her teaching activity began at Lusófona University of Porto, an institution where she is Assistant Professor and Deputy Director of the Social Service degree. She holds the position of academic management, where she integrates scientific panels. She is a member of the organizing committee of the Lusophone Nucleus for Studies and Research in Social Work (NLEISS - Núcleo Lusófono de Estudos e Investigação em Serviço Social), participates and organizes (inter) national scientific meetings.

<sup>\*\*</sup> Professor of Social Work in Coimbra University. She is the coordinator of the master of social intervention, Innovation and entrepreneurship (MISIE) and the coordinator of the Social Work (BA) in Faculty of Psychology and Educational Sciences of Coimbra University <https://www.uc.pt/en/fpce>. She is also external expert of RIA: European Commission and of EEA GRANTS.

<sup>\*\*\*</sup> Sociologist, Doctor in Sociology (2011), by University of Minho, with a project supported by Science and Technology Foundation (FCT, Portugal) and a thesis named: The paths of Alice through the looking glass: Discourses and trajectories in female juvenile delinquency. Assistant Professor at the University Institute of Maia (ISMAI), Portugal. Research Unit Director in Criminology and Behavioral Sciences, Instituto Superior da Maia (UICCC/ ISMAI, Portugal), and researcher at Center for Research in Social Sciences, University of Minho ((CICS/UM, Portugal). All the work of teaching, scientific production and research has been developed in the area of deviance, criminality, juvenile delinquency, gender and qualitative methodology.

conceitos-chave. Os resultados reforçam a necessidade de uma leitura crítica sobre as trajetórias de vida dos indivíduos, e salientam a existência de lacunas no acompanhamento dos reclusos/as em contexto prisional que podem apresentar-se como um obstáculo à reinserção social destes indivíduos. Por último, são apontados fatores pré, durante e pós-reclusão como intercessores da reincidência criminal.

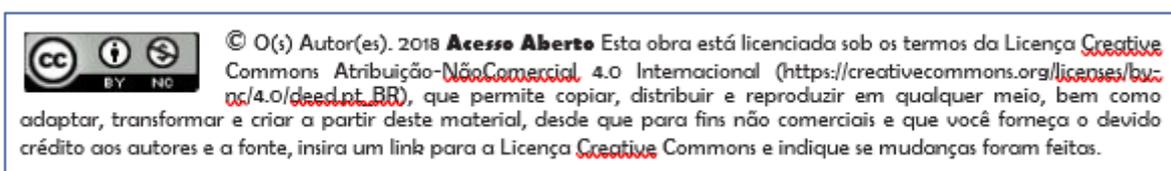
**Palavras-chaves:** Trajetórias criminais; reinserção social; reincidência criminal; “turning points”; metassíntese qualitativa.

critical reading of life trajectories of the subjects and highlight the existence of gaps in the assistance of prison inmates which can present as obstacles to social reintegration of these individuals. Lastly, factors prior, during and post detention are pointed as intercessors in criminal recidivism.

**Keywords:** Trajectories of criminality; social reintegration; criminal recidivism; turning points; qualitative metasynthesis.

Recebido em: 15/01/2021

Aprovado em: 23/04/2022



## Introdução

O crime como objeto de estudo tem despertado o interesse científico (SANTOS, 1999; RODRIGUES, 2002; GONÇALVES, 2002; DORES, 2000, 2013, 2016; CUNHA, 2004, 2008, 2014; GOMES, 2014, PINTO, 2016). Se por um lado, a Reinserção Social surge como um tema atual e urgente em Portugal, por outro lado, é ainda, pouco debatido na comunidade académica e científica nacional (MARTINS & CASASNOVAS 2014), contrastando com a elevada produção científica internacional centrada na reentrada de reclusos (PETERSILIA, 2003; TRAVIS & VISHER, 2005; MEARS & MESTRE 2012; HARDING, MORENOFF & HERBERT, 2013), na reincidência (MARINÕ, 2002; LATESSA, LISTWAN & KOETZLE, 2014), que vem reforçar a importância desta complexa problemática.

Com a reflexão sobre as questões da preparação do/a recluso/a para a liberdade, devem ser, ainda (re)pensados estes conceitos, compreender como estes se relacionam, de forma a entender a invisibilidade do fenómeno nos estudos a nível nacional, e, compreender ainda, como a figura feminina tem estado ausente nos estudos sobre a reinserção social e reincidência criminal.

Na compreensão das trajetórias de vida, devem ser consideradas as características individuais, familiares e sociais, que podem influenciar no desenvolvimento do comportamento criminal, sendo adquiridas ao longo da vida e podendo ser pontuadas por acontecimentos já estudados, como o abandono escolar precoce, a convivência em ambientes propícios às práticas criminais, a influência dos grupos de pares, as dificuldades económicas, entre outros

(RODRIGUES, 2017).

A (re)inserção “(...) assenta num pressuposto teórico de que a intervenção deve ser orientada para restaurar uma situação de inserção social previamente existente e que foi quebrada (...) pela prática do crime (...)” (NÚNCIO, 2019: 24). Pode dizer-se ainda que, “a reinserção social é o conjunto de princípios e de práticas que têm como objetivo reintegrar na sociedade os ex-reclusos” (idem,2019:24).

A complexidade em torno da reinserção social advém do pressuposto que estamos a (re)integrar um indivíduo que já esteve incluído na sociedade. No entanto, os técnicos que trabalham nesta área deparam-se com indivíduos que, de facto, nunca estiveram inseridos em sociedade. A reinserção é, nesta ótica, um conceito multidimensional.

Um outro aspeto central deste trabalho é o conceito de reincidência. A reincidência tem sido debatida no contexto de justiça criminal, despertando o interesse de novos estudos, mas continuando a persistir definições diversas e por vezes divergentes (NEVES, 2009). Neste seguimento pensamos ser importante clarificar de que forma pontuamos, no presente estudo, quer o conceito de reincidência, quer o conceito de reinserção social.

O processo de reinserção social deve ser ajustado às necessidades de cada indivíduo, analisando as suas potencialidades, capacidades e limitações. Este processo necessita de uma participação ativa e articulada com várias instituições com responsabilidade na área social e da saúde (FERREIRA, 2016). A reinserção social pauta-se por um acompanhamento eficaz do indivíduo, de um modelo de vida consonante com a lei e com as regras da sociedade, pressupondo-se a sua capacidade de ressocialização, o seu tratamento individual como um dos seus direitos, bem como o direito à diferença que possibilita que o recluso/a possa aceitar ou recusar o tratamento, assim como a participação da comunidade no tratamento (FERREIRA, 2016).

O conceito de reincidência pode ter uma conotação mais jurídica quando apenas é considerado o seu aspeto legal sobre o crime, reincidente será a “pessoa que cai na recidiva, no mesmo delito, no mesmo crime por que já foi condenado” (SILVA, 1999:75). Em termos legais, o conceito é referenciado como uma condição agravante da pena, o que a nosso ver é uma definição que reduz a amplitude deste conceito.

A complexidade da definição do fenómeno da reincidência pode apresentar-se como uma limitação, não só para quem o estuda como para a divulgação de dados oficiais.

A trajetória de vida e o desenvolvimento do comportamento criminal de ex-reclusos/as podem conter variáveis que influenciam o processo de reinserção social, bem como o de reincidência criminal.

Numa perspetiva contributiva da reinserção social eficaz, a possibilidade de padronizar

referenciais comuns que podem vulnerabilizar ex-reclusos/as à sua reincidência através da identificação das circunstâncias facilitadoras -“turning points”, para o (re)envolvimento na atividade criminal, é o objetivo ambicioso do estudo em curso.

Os argumentos teóricos aqui desenvolvidos não são novos no contexto internacional, onde as medidas preventivas da reincidência criminal encontram fortes adeptos na comunidade científica e profissional. Para Sampson e Laub (1993), é importante sistematizar e encontrar significado para a perceção subjetiva dos indivíduos sobre as determinantes que em algum momento, da sua história pessoal, funcionaram como protetoras (pois potenciaram a reinserção) ou como precipitantes (potenciaram a reincidência). A possibilidade de categorizar estas determinantes permitirá, em última instância, uma intervenção precoce sobre os acontecimentos ou contextos disruptivos que concorrem para o aumento da reincidência criminal.

A centralidade do sujeito neste trabalho é fundamental, mas redutora pois não permite a compreensão dos contextos normativos onde se desenrola a reinserção social. A análise do sistema de justiça criminal potenciando o debate sobre o contributo do plano de reinserção social para a prevenção da reincidência criminal é fulcral para a construção de pensamento sobre as práticas de reinserção social.

## Métodos e Procedimentos

Foi realizada uma revisão bibliográfica com a utilização do método de metassíntese qualitativa (LOPES & FRACOLLI, 2008). A metassíntese qualitativa utiliza procedimentos análogos ao Scope Review e ao Protocolo Prisma, mas não possui a intencionalidade da sua padronização, nem a sua natureza interpretativa. A metodologia adotada procurou reunir o conteúdo temático disponível, no sentido de ampliar o conhecimento através da construção crítica, num momento de cariz exploratório da pesquisa mais alargada. Tal como outros métodos de revisão sistemática, o sistema de busca e compilação em base de dados, integrou a seleção por etapas – título, resumo, e artigo na íntegra para delimitação concetual e respetivas ligações.

Pretendemos responder à seguinte questão de investigação: Como é que a trajetória de vida de ex-reclusos/as e a sua perceção de determinados eventos de vida/ “turning points” podem concorrer para a reinserção social e reincidência criminal? Na delimitação dos conceitos centrais - reinserção social e reincidência criminal - o método da revisão de metassíntese qualitativa foi utilizado como processo de referência teórica e de construção do potencial objetivo empírico de investigação.

Pretende-se mapear os principais conceitos que apoiam determinada área de conhecimento, analisar a dimensão, alcance e natureza da investigação, sumarizar e divulgar os

dados da investigação e identificar as lacunas de pesquisa existentes. Foram incluídos estudos empíricos e teóricos, publicados em inglês ou português, que envolvessem como participantes reclusos/as ou ex-reclusos/as.

O objeto de estudo é multidimensional e sistémico e como tal complexo do ponto de vista substantivo e analítico. A delimitação dos conceitos procurou afunilar tal complexidade através da criação de um pilar de sustentação argumentativo. De facto, os resultados da metassíntese foram férteis para a consolidação do pensamento e orientação da estratégia. Estas, utilizaram o modelo PICo (P: problema; I: interesse; Co: Contexto). Esta estratégia orienta a elaboração da pergunta de pesquisa bibliográfica para que o investigador alcance a melhor informação científica. A busca na literatura dos artigos foi orientada pela PICo, sendo “P” o problema (reincidência criminal); “I” o fenómeno de interesse (a reinserção social); “Co” o contexto (reclusão e pós-reclusão). Foram definidos os elementos P: (reincidência criminal); I (reinserção social) e Co (reclusão e pós reclusão). Os descritores e combinações utilizadas na busca foram: “social reinsertion”; “criminal recidivism”; “prisoner’life trajectories”; “accompaniment of ex-offenders”; “social reintegration of ex-offenders”; “obstacles to the social reintegration of prisoners”. A busca foi realizada em 5 base de dados científicas: SciELO, P@PSIC; SAGE; Science Direct; Psycinfo e nas bases de dados de literatura académica: Banco de teses e dissertações (Repositório Universidade do Minho; Repositório da Universidade do Porto); Google Scholar, com interface multidisciplinar sobre o fenómeno da reinserção social e reincidência criminal, como Sociologia, Psicologia e Criminologia, até março de 2021. O procedimento de “busca manual” de periódicos relacionados foi, igualmente, utilizado na procura de novos estudos que possam não ser encontrados na pesquisa do banco de dados.

O primeiro procedimento foi a delimitação de dois contextos de produção científica: com estudos escritos em português e em inglês. Dentro de cada contexto, foram criadas à priori, critérios de inclusão com base em relações entre variáveis que se pretendiam aprofundar e que se apresentam pelo âmbito da revisão da literatura: nacional e internacional.

No que refere ao tipo de estudo, foram incluídas pesquisas quantitativas e qualitativas de qualquer desenho metodológico. Os critérios de inclusão foram pautados pelo objetivo da revisão, com base na relação entre os conceitos centrais do estudo: trajetórias de vida, reinserção social e reincidência criminal. Em contrapartida, foram excluídos os estudos que não tinham na sua amostra reclusos/as ou ex-reclusos/as e de pesquisas não publicadas. Durante a extração de dados, foram inicialmente analisados os títulos e os resumos das referências geradas na busca, de acordo com os critérios de elegibilidade. Após a leitura na íntegra dos artigos, estes foram seleccionados para responder à questão de pesquisa e consequentemente incluídos no estudo.

Foram extraídas as informações mais relevantes: referências (autor/es), ano e período, país, objetivos, amostra, metodologia e principais conclusões.

A revisão da literatura foi composta por 17 artigos, publicados entre os anos 2002 e 2019 (um artigo publicado em 2002; um artigo publicado em 2010; um artigo publicado em 2013; um artigo publicado em 2018); (dois artigos publicados em 2006; dois artigos publicados em 2015; dois artigos publicados em 2017; dois artigos publicados em 2019) e três artigos em 2008). No que se refere ao país de origem dos estudos, 12 foram realizados em Portugal; 1 estudo na Irlanda; 3 nos EUA, 1 dos estudos foi no Reino Unido. O tipo de amostras varia entre reclusos e reclusas; ex-reclusos; guardas prisionais; profissionais e outros profissionais do estabelecimento prisional. O tamanho da amostra também varia, já que os estudos que seguem uma metodologia qualitativa podem ter 7 indivíduos na sua amostra e aqui destacam-se com estudos nacionais, no entanto, percebe-se que os estudos internacionais utilizam essencialmente uma metodologia quantitativa, chegando aos 19.955 indivíduos. O tipo de estudo mais utilizado foi a pesquisa qualitativa (10 artigos), seguido pelo estudo de metodologia quantitativa (4 artigos), e mista (2 artigos). O principal instrumento utilizado na recolha de dados foi a entrevista (9 artigos), estudo de caso (2 artigos), análise documental (1 artigo). Sobre a área de conhecimento, percebe-se que a nível nacional 4 estudos são da área da sociologia; 3 da área da criminologia; 1 na área da psicologia; 1 na área da antropologia e 1 na área da educação. A nível internacional destaca-se a psicologia e criminologia. O público-alvo foram reclusos (6 artigos), reclusas (3 artigos); reclusos e reclusas (3 artigos). O contexto foi durante o cumprimento de pena (12 artigos), após o cumprimento de pena (3 artigos), sendo que (1 artigo) inclui ambos os contextos (reclusão e pós reclusão), e (1 artigo) ex-reclusos. A análise dos textos integrais dos 17 artigos selecionados permitiu identificar o focus de principais interesses tais como, a valorização da trajetória de vida destes indivíduos e essencialmente a compreensão de determinados eventos de vida e como estes podem relacionar-se com a reinserção social e reincidência criminal.

## Resultados

### *Pesquisa bibliográfica a nível nacional*

Os estudos científicos a nível nacional, relacionados com as questões da reinserção social e reincidência criminal são, ainda, escassos. Os resultados obtidos na síntese bibliográfica permitiram a consolidação das seguintes relações concetuais, 1) as trajetórias de vida; 2) reinserção social em contexto prisional; 3) reinserção social após a reclusão; 4) reinserção social e reincidência e por fim, os que se distinguem pela 5) diferenciação de género, incluindo na sua

amostra o género feminino.

Os estudos foram selecionados de acordo com o conteúdo do texto integral dos artigos publicados e encontram-se identificados através da referência autoral nos critérios de exposição em cima descritos (5 critérios).

As (1) trajetórias de vida têm assumido um papel importante para a compreensão da relação indivíduo-criminalidade ao longo da vida, identificando fatores de risco para a iniciação e continuidade do comportamento criminal (cf. AGRA & CASTRO, 2005; BARROSO, 2017; CUNHA, 2014; GOMES, 2013). O estudo de trajetórias de vida, marcadas pelo crime, analisa o comportamento criminal ao longo da vida. Existem padrões organizativos da conduta individual (tal como comportamentos, experiências e transgeracionalidade) semelhantes quando comparadas às trajetórias de vida de outros sujeitos com vivências similares (WARD et al., 2010). Esta abordagem desenvolvimentista tem sido estudada no contexto internacional, mas continua a ocupar um lugar residual nos estudos portugueses sobre a reinserção social e reincidência de ex-reclusos/as. A relação trajetória de vida com a reincidência criminal é retomada nos estudos internacionais, onde se identificam, igualmente, os fatores considerados potenciadores ou protetores.

Na (2) reinserção social em contexto prisional (cf. ERMIDA, 2018; FERNANDES, 2010; GERALDO, 2017; PARENTE, 2006; RODRIGUES, 2017; RODRIGUES 2019; ROSEIRA, 2020; SANTOS, 2003; SOUSA, 2015), é realçada a importância do trabalho realizado pelo técnico superior de reeducação no acompanhamento de reclusos/as em meio prisional. O/a técnico/a age sobre as questões relacionadas com a reinserção social.

Importa evidenciar, que, a reinserção social deve ser trabalhada desde o primeiro dia de reclusão, motivando o indivíduo a participar nas atividades laborais e/ou escolares, e permitindo que no decorrer do cumprimento da pena, lhe seja garantido o direito a usufruir das medidas flexibilizadoras da pena, que permitem um maior vínculo com o exterior. Se por um lado o trabalho do técnico superior de reeducação é visto como fundamental neste processo, por outro, reconhece-se que existem falhas, e que em alguns casos, a reinserção social em contexto prisional não segue as etapas pensadas teoricamente (de que a reinserção social deve ser trabalhada com todos os indivíduos que se encontram em situação de reclusão, a iniciar no primeiro dia entre muros).

Outros artigos ampliam a discussão através da relação (3) reinserção social do indivíduo após a sua saída para liberdade (cf. GOMES, 2008; PINTO, 2016; SOUSA, 2015; SILVA, 2012; RODRIGUES, 2017). Nesta, é realçada a importância do trabalho realizado pelo técnico superior de reinserção social, no acompanhamento do/a ex-recluso/a após a sua saída para

liberdade, contribuindo para a sua (re)inserção em sociedade e prevenindo a reincidência criminal. Destacamos os obstáculos que os autores identificam no pós-reclusão. São mencionados dois tipos de obstáculos (GOMES, 2008), os primários que são impostos pela sociedade, que mantêm fortes tendências para a desconfiança de ex-reclusos/as, considerando-os/as perigosos/as e pelas instituições sociais, públicas ou privadas que demonstram alguma resistência na integração de ex-reclusos/as, ao nível laboral, e obstáculos secundários, entendidos como atitudes negativas e de segregação da sociedade no que diz respeito a estes indivíduos que continuam a ser vistos como um grupo social à parte. Quando o/a recluso/a ingressa no sistema prisional por muito que o seu caminho de reclusão tenha sido positivo, quando posto em liberdade, vão existir barreiras associadas à sua reclusão, possivelmente devido ao facto da sociedade ainda não estar preparada para receber o indivíduo (RODRIGUES, 2017).

Evidenciamos, ainda, os estudos que trabalharam a (4) a reincidência criminal (BARBOSA, 2012; NEVES, 2009; VELOSO, 2018; PEREIRA, 2017; SOUSA). Nestes, salienta-se os obstáculos transversais às diferentes fases de reinserção social que podem cooperar para a reincidência criminal. Este assunto está diretamente relacionado com os estudos anteriores, já que na literatura são valorizadas as relações entre os indivíduos e as diferentes dimensões (familiar, social, institucional) que podem contribuir para a prevenção, ou pelo contrário, propiciar a reincidência criminal.

Por último, destacam-se as investigações que incluem na sua amostra o (5) género feminino (cf. BRITO, 2015; CUNHA, 2002; 2008; FROIS, 2017; GOMES, 2013; GOMES & GRANJA (2015); GRANJA, 2015; MATOS, 2008; PIMENTA, 1992; RODRIGUES, 2018; GOMES & DUARTE, 2018). Com especial enfoque nas perceções e os possíveis impactos que a reclusão pode ter na reinserção social das mulheres. O estudo de Brito (2015), com uma amostra de mulheres reclusas de etnia cigana, considera que para uma reinserção social de sucesso, é necessária uma reconfiguração de relações sociais, pessoais e laborais destas mulheres (BRITO, 2015). Na mesma linha de pensamento, o estudo de Ferreira (2016), interessa-se por compreender as diferentes perspetivas que os/as ex-reclusos/as têm em relação aos instrumentos de reinserção social durante o período de reclusão e após a sua saída, contudo não trabalham as perceções dos técnicos superiores de reinserção social, que a nosso ver podem acrescentar informações importantes para que se compreenda a complexidade do fenómeno.

Em Portugal, os estudos sobre as mulheres desviantes, transgressoras, tem início na década de 80 do século XX, impulsionado pelas abordagens críticas de importantes obras, designadamente de Carmo e Fráguas (1982), Manuela Ivone Cunha (1994 e 2002) e Tereza

Beleza (1990), como é referido por Gomes & Granja (2015). Porém, a intervenção é pensada “no masculino”, já que, os programas são direcionados para responder às necessidades dos rapazes (DUARTE & VIEITES-RODRIGUES, 2013). Se por um lado, os fatores de risco, até podem ser os mesmos, representam diferentes significados e consequências para os dois géneros (DUARTE & VIEITES-RODRIGUES, 2015). Para que se garanta uma igualdade de tratamento a ambos os géneros, é essencial que a intervenção seja pensada considerando as necessidades de cada um/a, é fundamental que, a oportunidade para a reinserção social seja real quando aplicada ao género masculino e feminino.

### ***Pesquisa bibliográfica a nível internacional***

A síntese bibliográfica permitiu delimitar quatro grandes dimensões, que passamos a descrever: A primeira refere-se à importância da trajetória de vida na reinserção social e na reincidência criminal - A altura da vida em que determinados acontecimentos se desenvolvem, pode ser fundamental para as trajetórias dos indivíduos. Neste sentido, Thornberry (1997) realça que o “timing” de certos eventos de vida podem influenciar a trajetória dos indivíduos (PIQUERO & MAZEROLLE, 2001). De facto, a análise das trajetórias de vida de reclusos/as e ex-reclusos/as, permite um conhecimento mais aprofundados dos fatores que possam influenciar a (re)incidência no crime, e o momento de vida do indivíduo em que determinados acontecimentos ocorrem, pode ser decisivo na predisposição para a carreira criminal.

A segunda dimensão evidencia a reincidência e as trajetórias criminais. Existe um extenso corpo de literatura que estuda a reincidência segundo a perspetiva desenvolvimental. O estudo da reincidência criminal pode orientar-se segundo a perspetiva do desenvolvimento de trajetórias criminais (início, duração, prevalência e desistência) (FARRINGTON, 2008), nomeadamente nos fatores que podem levar à frequência e continuidade de uma trajetória criminal, o estudo longitudinal realizado em Filadélfia no ano de 1972, adiciona aos indicadores já elencados, o conceito de cronicidade. De facto, a análise da frequência da atividade criminal realizada neste estudo a cerca de 10.000 rapazes no ano de 1945, permitiu a categorização da amostra em três grupos: aqueles que apenas cometem o crime uma vez, os que reincidem, mas não de forma repetida ou crónica e os que reincidem repetidamente ou de forma crónica. Concluindo que, os que reincidiam de forma crónica, embora constituíssem uma pequena parte da amostra total (6%), eram responsáveis por mais de metade dos crimes registados na amostra. Estes eram ainda responsáveis pelos crimes mais graves (ex. homicídios, violações, roubos). Na mesma linha de investigação, o estudo longitudinal de Cambridge (FARRINGTON et al. 2006), realizado em Londres, com uma amostra de 400 rapazes que foram acompanhados desde

os 8 aos 48 anos, concluiu que, somente 7% da amostra era responsável por todas as condenações. De acordo com a trajetória biográfica e criminal desta população (MOFFIT, 1993; MOFFIT & CASPI, 2000; MOFFIT; CASPI, HARRINGTON & MILNE, 2002) foi possível compreender o comportamento antissocial que de acordo com os investigadores tende a desenvolver-se em dois períodos distintos. Um, em que é desenvolvido ao longo da vida, iniciando muito precocemente, tornando-se os delinquentes em “crônicos”, e os comportamentos criminais revelados na fase da adolescência, possuindo um caráter temporário, uma vez que reduziram drasticamente depois da adolescência. Nestas investigações, edificam-se tipologias de ofensores, segundo a sua trajetória criminal.

Compreender a envolvimento e complexidade da reincidência, é fundamental para prevenir que jovens ofensores passem a uma fase “crônica” da carreira criminal (YESSINE & BONTA, 2008). Neste sentido, importa compreender os fatores que influenciam o risco de reincidência em práticas criminais, ou seja, “fatores anteriores que aumentam a probabilidade (risco) de reincidência e potencial perigo que um ofensor pode representar para a vítima e a comunidade” (UNODC, 2012: 37). A reincidência criminal é uma variável importante na análise da trajetória de vida e na trajetória criminal dos indivíduos.

Os estudos elencados permitiram-nos construir um mapeamento analítico para a delimitação do nosso objeto de estudo, nomeadamente, na construção do conceito empírico de reincidência que envolve (tal como comprovado) fatores como a idade, cronicidade e a visão subjetiva dos indivíduos sobre a sua experiência de reclusão.

A terceira dimensão demonstra que a existência de determinados fatores de risco nas diferentes fases da trajetória de vida pode aumentar a probabilidade para o indivíduo (re)incidir no crime. Os fatores de risco podem ser de ordem genética, biológica, ecológica ou biossocial, já que podem ser particularidades individuais ou relacionados com condições do meio (RIBEIRO & SANI, 2009). Neste sentido, é importante identificá-los precocemente e sistematizá-los para uma melhor compreensão da reinserção social e possível prevenção da reincidência criminal.

Polaschek e Reynolds (2004), sublinham a importância dos fatores pessoais e cognitivos na reincidência criminal, tal como o comportamento violento: impulsividade e défices de autorregulação; raiva como emoção dominante; distorções cognitivas – percepções hostis; défices de empatia; défices de competências sociais e doença mental, como facilitadores para o envolvimento no crime. No reverso Hunt e Dumville (2016); Zara e Farrington (2016), apontam os riscos contextuais, em que a reincidência resultará de múltiplos fatores externos ao indivíduo, tal como, o meio social, o tipo de sentença aplicada, as especificidades de cada carreira criminal,

entre outros. O estudo de Morenoff e Harding (2014) que analisa a reinserção dos indivíduos em bairros sociais, conclui que o “encarceramento em massa pode prejudicar a estrutura e a organização social de algumas comunidades, criando ambientes mais criminosos para os prisioneiros que diminuem ainda mais as suas perspectivas de uma reentrada bem sucedida” (MORENOFF & HARDING, 2014: 412). Outros estudos referem que, deve valorizar-se a altura de vida em que determinados fatores de risco estão presentes, já que podem ser determinantes para o desenvolvimento das trajetórias criminais. Neste sentido, deve-se compreender a reincidência criminal em três categorias, pré-reclusão, durante a reclusão e pós-reclusão (DHAMI, MANDEL, LOEWENSTEIN & AYTON, 2006). Segundo os autores, os fatores associados a estes três momentos são responsáveis pela reincidência criminal. Ombudsman et al. (2011), apontam como fatores de risco presentes na fase pré-reclusão, a negligência na infância, a pobreza, o desemprego e o abuso de álcool., Mcgloin et al. (2007), acrescentam que a versatilidade criminal depende largamente de circunstâncias locais da vida, tais como o casamento ou o consumo de drogas e álcool. Já, Farrington (2015), Cobbina, Huebner e Berg (2012) destacam, que a carreira, o histórico criminal bem como os laços sociais podem influenciar o risco de reincidência. Quando a família está envolvida em práticas criminais, ou inserida nesse contexto, pode potenciar o comportamento criminógeno. Além disso, a realidade da maioria da população reclusa, passa por dificuldades socioeconómicas, famílias desestruturadas, vidas marcadas pela violência, trajetórias de vida que podem promover a reincidência e dificultar a reinserção do indivíduo na sociedade (OMBUDSMAN et al., 2011). Mariño (2002), acrescenta que a reincidência não está tão relacionada com a pobreza, mas sim, como o impacto do status económico, ou por outras palavras, incapacidade em atingir os níveis de vida culturalmente estabelecidos. Ao contrário de países de terceiro mundo, em que a problemática “económica” relativa às necessidades básicas pode contribuir para a reincidência, na sociedade do bem-estar “social” a problemática económica relacionada com o crime é mais a nível social (relativa à anomia).

Relativamente aos fatores de risco durante a reclusão, vários estudos indicam que a prisão tem um efeito criminógeno sobre os reclusos, por um lado pelas condições do contexto por outro pelo débil investimento em programas de reinserção (PETERSILIA, 2001; SYKES, 2007; LISTWAN et al., 2011; OMBUDSMAN et al., 2011; DRAGO, GALBIATI & VERTOVA, 2011). As relações que surgem no contexto prisional podem potenciar novos conhecimentos sobre o crime (LISTWAN et al., 2011). Enquanto que os fatores pós-reclusão, quer relacionados com a liberdade definitiva, quer relacionados com a liberdade condicional, estão catalogados com as condições familiares e socioeconómicas; a normalização da

experiência de ser preso nas comunidades norte-americanas; a estigmatização e o preconceito na procura de emprego (PETERSILIA, 2001; TRAVIS & CHRISTIANSEN, 2006; MORENOFF & HARDINF, 2014).

Não obstante, para compreender as trajetórias de reincidência no crime, também importa considerar uma quarta dimensão, os fatores de proteção, que se caracterizam por reunir um conjunto de variáveis que reduzem o risco do indivíduo reincidir. Ou seja, os fatores de proteção referem-se aos “fatores sociais ou psicológicos que tornam a reincidência criminal menos provável” (THORNTON, 2013: 64). Efetivamente existem certos fatores protetores que podem funcionar como mediadores positivos ou negativos do impacto face a vivências em contextos mais problemáticos. À semelhança dos fatores de risco, aqui também devemos considerar dois tipos de fatores: os pessoais e os sociais ou contextuais. Andrew e Bonta (2010) apontam como fatores de proteção pessoais, os traços de personalidade (e.g., resiliência, comportamentos cognitivos e emocionais, orientação social positiva e definições pró-sociais de género), como fatores que reduzem o risco de reincidência. E fatores sociais/contextuais, que se referem a fatores externos ao indivíduo, envolvem o suporte familiar, a existência de referências/modelo que reforcem um comportamento normativo, e fatores que favoreçam um estilo de vida saudável (ANDREW & BONTA, 2010).

A literatura internacional (BAUMER, O’DONEEL & HUGHES, 2009; MILLS & CODD, 2007) argumenta que, os reclusos/as que mantêm os laços familiares durante e após a reclusão, ostentam melhores resultados no que respeita à sua reinserção social. A preocupação pelo estudo da manutenção dos laços familiares durante e após a reclusão, iniciou nos anos 50 do século XX, nos Estados Unidos da América, por Lloyd Ohlin. Através de uma investigação nos anos 1925 e 1935, realizada pela comparação entre o número de visitas de uma amostra de ex-reclusos, conclui que, os que mantinham relação com a família durante a reclusão, tiveram um parecer positivo para a liberdade condicional (OHLIN, 1954 in VISHER & TRAVIS, 2003: 99).

O mesmo verifica-se em estudos mais recentes, (WILLIAM BALES & DANIEL MEARS, 2008), com dados do Florida Department of Corrections, com uma amostra de 7000 reclusos a cumprir uma pena igual ou superior a um ano, em acompanhamento durante 24 meses, concluindo que a manutenção das relações familiares durante o cumprimento de pena contribui para o sucesso da reinserção social destes indivíduos. De facto a promoção dos fatores protetores pode ser a chave para o sucesso da reinserção social de ex-recluso/as. Assim como a elaboração de políticas sociais que reforcem a manutenção dos laços familiares pode ser um excelente contributo no trabalho da prevenção da reincidência. Neste sentido, importa concluir

que, o tratamento com sucesso destes fatores contribui para a adoção de comportamentos pró-sociais e conseqüentemente, para a diminuição/prevenção do risco de reincidência (ANDREW & BONTA, 2010).

A revisão da literatura contribui ainda, para uma postura teórica centrada nas teorias Desenvolvimentais do crime, que acrescentam importantes contributos ao estudo do desenvolvimento do comportamento criminal. Segundo alguns autores, existe uma maior probabilidade do indivíduo cometer o crime se já o tiverem feito em determinado momento da sua vida (MCCORD, 1991; FARRINGTON, 1998).

### Considerações finais

A metassíntese consolidou os cinco eixos analíticos que englobam este estudo com uma subdivisão georreferenciada pela oposição aos estudos portugueses e estudos internacionais. Nos estudos portugueses, são visíveis cinco grandes clusters de interesse científico, nomeadamente: (i) as trajetórias de vida; (ii) a reinserção social em contexto prisional; (iii) a reinserção social durante e após a reclusão; (iv) a reinserção social e reincidência e por fim, os que se distinguem pela (v) diferenciação de género, incluindo na sua amostra o género feminino.

O interesse internacional parece recair mais sobre aspetos processuais, sobre os percursos ou contextos de proteção e risco do que na decomposição analítica dos significados de reinserção e reincidências. Destacamos, a este nível, três grandes dimensões: (i) a importância da trajetória de vida na reinserção social e na reincidência criminal; (ii) a reincidência e as trajetórias criminais, e a (iii) influência dos fatores de risco e protetores na reincidência criminal.

Esta diferenciação parece coroar a tese que a existência de uma maior tradição crítica internacional sobre os fatores de reincidência permite, aos autores analisados, uma maior liberdade de fomentar correlações de causalidade e ou de compreensão. No lado simétrico, Portugal, necessita de uma maior introspeção sobre os fenómenos em estudo e as suas expressões. Argumentamos que ambos se coadunam e ambos apontam para um contexto onde continuam a subsistir fragilidades no acompanhamento dos reclusos/as em contexto prisional que podem apresentar-se como um obstáculo à reinserção social destes indivíduos.

Compreendemos a reincidência como uma questão relacionada com um problema de discriminação, que resulta da experiência prisional (DESROCHES 1984 cit in MARINÕ, 2002). Por sua vez, o efeito da experiência prisional tem forte implicação na reincidência (BARBOSA, QUADROS & RIBEIRO, 2012). Isto é, a rotulagem e etiquetagem social pelas práticas que determinam a sua presença às culturas marginalizadas (CARVALHO, 2003).

Apesar da sua reintegração ocorrer numa realidade já familiarizada por si, inclui agora a pressão social e a estigmatização social como parte da sua identidade pessoal, diferindo muito a forma como irá viver e observar a sociedade, da visão que tinha antes da reclusão (GOFFMAN, 1963). A teoria da rotulagem desenvolvida por Becker (1963), guiando também esta análise, pressupõe que o desvio é resultado da imposição de regras e sanções a um indivíduo considerado “delinquente” por outros indivíduos, indicando que é “delinquente” o indivíduo rotulado, como tal, com sucesso. Assim, o “comportamento desviante é o comportamento que as pessoas rotulam” (BECKER, 1963: 9).

Este estudo apoiou-se nos pressupostos que assumem que a prisão tem efeitos criminógenos visíveis à reincidência (MEARS et al., 2012). Os efeitos sociais colaterais da pena de prisão são pesados para o/a (ex)recluso/a que tem, agora, no retorno à sociedade o estigma do crime.

A revisão da literatura revelou também que, a reincidência criminal é uma variável importante na análise da trajetória de vida e na trajetória criminal dos indivíduos, especialmente quando se constata que a existência de determinados fatores de risco nas diferentes fases do ciclo vital, podem aumentar a probabilidade para o indivíduo (re)incidir no crime. Sampson e Laub (1993), consigna que eventos vividos em determinada fase da sua vida, podem explicar o início da carreira criminal e dentro desta mesma linha de raciocínio, poderia explicar ainda os motivos que levariam os indivíduos a interromper essa carreira. Glen Elder (1975) definiu o curso de vida como “um paradigma emergente”, explica que as forças sociais influenciam o ciclo de vida, e podem repercutir consequências na trajetória desenvolvimental do indivíduo. Os estudos do curso de vida procuram perceber as trajetórias e identificar um padrão comportamental nas várias dimensões da vida do indivíduo (e.g., trabalho, família, escola), assim como acontecimentos importantes que possam influenciar a sua trajetória. Já que estas transições podem alterar o papel do indivíduo na sociedade (ELDER, 1998). Além desta perspectiva, e porque pretende-se evidenciar os significados simbólicos e a forma como se relacionam com a interação social, uma outra lente de leitura do fenómeno será a perspectiva interacionista, que “rejeita o pensamento determinista e os modelos estruturais e estáticos tanto no que respeita à abordagem do comportamento como no que toca à compreensão da identidade individual (DIAS & ANDRADE, 2013: 50).

Este trabalho permitiu-nos adquirir um conhecimento aprofundado sobre a forma como os conceitos centrais deste artigo se relacionam, assim como as inquietações, necessidades e desafios para os pesquisadores desta área. Percebe-se que o tema mais frequente foi no âmbito da reinserção social essencialmente a nível nacional, sendo a reincidência criminal mais

abordada a nível internacional. O estudo de trajetórias de vida, marcadas pelo crime, analisa o comportamento criminal ao longo da vida. Existem padrões organizativos da conduta individual (tal como comportamentos, experiências e transgeracionalidade) semelhantes quando comparadas às trajetórias de vida de outros sujeitos com vivências similares (WARD et al., 2010). Esta abordagem desenvolvimentista tem sido estudada no contexto internacional, mas continua a ocupar um lugar residual nos estudos portugueses sobre a reinserção social de ex-reclusos/as, no que respeita à sua reincidência. De facto, a nível internacional percebe-se que existe uma abundância de estudos centrados na reentrada, reincidência criminal e desistência. Se, por um lado, a investigação a nível nacional aproxima-se dos estudos internacionais, essencialmente no que respeita à reinserção social de reclusos/as, tem ainda um longo caminho a percorrer quando o foco é a reinserção social no período de pós-reclusão. Perceber se as expectativas dos/as reclusos/as, depois de cumprirem a pena são cumpridas ou não, assim como, compreender o que determina a desistência ou a continuidade do comportamento criminal, são premissas pouco estudadas em Portugal.

Seria importante em pesquisas futuras “dar voz” aos ex-reclusos/as e aos técnicos/as superiores de reinserção social, contribuindo para compreender a pluralidade de experiências e significados atribuídos aos efeitos da reclusão, assim como, conhecer o plano de reinserção social trabalhado com cada um dos indivíduos, quer entre muros, quer após a sua saída. Assim como, conhecer as interpretações das vivências prisionais e de que forma estas podem influenciar a reinserção social desta população; perceber as significações que estes indivíduos atribuem aos eventos que ocorrem na sua trajetória de vida, de modo a compreender possíveis aspetos que possam ter contribuído para a (re)incidência no crime, e ainda, perceber as suas expectativas, dificuldades e/ou obstáculos no que refere à reinserção social, permitirá uma abordagem compreensiva do problema.

Integrar diferentes pontos de vista sobre a problemática em estudo, acrescentará conhecimentos que irão contribuir para a compressão da reinserção social de ex-reclusos/as, e ainda, perspetivar o objeto de estudo através de diferentes prismas, que consubstanciar-se-á num contributo para o aperfeiçoamento das Políticas de Justiça.

### Referências bibliográficas

- AGRA, C. C., & CASTRO, J. Mediação e Justiça Restaurativa: esquema para uma lógica do conhecimento e da experimentação. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, 2005. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/25028>
- ANDREWS, D. A., & BONTA, J. *The psychology of criminal conduct* (5th ed.). New, 2010.
- BALES, W., & MEARS, D. P. Inmate Social Ties and the Transition to society: Does Visitation

- Reduce Recidivism? *Journal of Reasearch in Crime and Delinquency* 54(3): 287-231, 2008.
- BARBOSA, A. F. Fatores preditivos da reincidência: análise de uma amostra aleatória de reclusos portugueses do sexo masculino. (Dissertação de mestrado). Universidade do Minho, 2012.
- BARBOSA, F., QUADROS, F. & RIBEIRO, L. *Reincidência criminal: Tópicos de avaliação e intervenção biopsicossocial*. LivPsic, 2012.
- BARROSO, T. F.. *Análise Teórico-Metodológica para Estudos de Trajetórias Criminais*. (Tese de mestrado). Faculdade de Direito da Universidade do Porto, 2017.
- BECKER, H. S. *Outsiders: studies in the sociology of deviance*. New York e London: The Free Press, 1963.
- BRITO, A. F.. “Quando sair só quero trabalhar como aqui”: *Perspetivas em torno da Reinserção Social das mulheres cigana no pós-reclusão*. (Dissertação de mestrado). Universidade do Minho, 2015. ISBN 978-989-685-076-0
- BAUMER, E. P., O’DONNELL, I., & HUGHES, N. The porous prison: A note on the rehabilitative potential of visits home. *The Prison Journal*, 89(1), 119-126, 2019.
- CARVALHO, M. J. *Entre as Malhas do Desvio: Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências*. Oeiras: Celta Editora, 2013.
- COBBINA, J., HUEBNER, B. & BERG, M. Men, women, and postrelease offending: An examination of the nature of the link between relational ties and recidivism. *Crime & Delinquency*, 58(3), 331-361, 2012. Doi: 10.1177/0011128710382348
- CUNHA, M. I.. *Entre o Bairro e a Prisão*. (1ªed.). Lisboa: Etnográfica Press, 2002.
- CUNHA, M. I. P. *A prisão e as suas novas redundâncias*. *Direito e Justiça*, vol. especial, 19, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/5226>
- CUNHA, M. I. P. Disciplina, controlo, segurança: no rasto contemporâneo de Foucault. In Frois, C. (Org.). *A sociedade vigilante: ensaios sobre privacidade, identificação e vigilância* (pp.6781). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- CUNHA, M. I. P. *Etnografias da prisão: novas direções*. *Configurações*, 13, pp.47-68, 2014.
- DHAMI, M. K., MANDEKI, D.R., LOEWENSTEIN, G., & AYTON, P. (2006). Prisoner’s positive illusions of their post-release success. *Law Human Behavior*, 30(6), 631-647, 2014 Doi: 10.1007/s10979-0069040-1
- DIAS, J. & ANDRADE, M. *Criminologia - O homem delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra Editora, 2013.
- DORES, A. P. Prisões de Portugal. Sociedade Portuguesa: *Passados recentes, futuros próximos* (pp.1-15). Universidade de Coimbra, 2000.
- DORES, A. P.. *O que há a discutir sobre prisões?* 2016 Doi: 10.13140/RG.2.2.28494.46405
- DORES, A. P.; PONTES, N. & LOUREIRO, R. Prison Conditions in Portugal. *European Prison Observatory*, 2013. Disponível em: <https://www.crimeandjustice.org.uk/sites/crimeandjustice.org.uk/files/Prison%20conditions%20in%20Portugal.pdf>
- DRAGO, F., GALBIATI, R., VERTOVA, P. Prison Conditions and recidivism. *American Law and Economics Review*, 13(1), 103-130, 2011. Doi: 10.1093/aler/ahq024
- ELDER, G. H. Age differentiation and the life course. *Annual Review of Sociology*, 1, 165–190, 1975.
- ELDER, G. H. The Life Course as Developmental Theory. *Child Development*, 1-12, 1998.
- ERMIDA, M. C. E. *Percurso dos Reclusos em Contexto Prisional: Processos Identitários e Reinserção social – Um estudo de caso*. (Dissertação de mestrado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna de Lisboa, 2018.
- FARRINGTON, D.P. *Predictors, Causes, and Correlates of Male Youth Violence*. *Crime and Justice*, 24, 421-475, 1998.
- FARRINGTON, D., et al. *Criminal careers and life success: new findings from the Cambridge*

*Study in Delinquent Development*. In D. Farrington et al. (Ed.), *Criminal careers up to age 50 and life success up to age 48: New findings from the Cambridge Study in Delinquent Development*. London: Home Office, 2006.

FARRINGTON, D. P. Criminal careers. In G.T. Graham, D.P.Farrington, D.A. Crighton, & G. Hughes (Eds.). *Dictionary of Forensic Psychology* (pp.38-41). Devon: Willan Publishing, 2008.

FARRINGTON, D. P. (2015, Julho 9). Cross-national comparative research on criminal careers, risk factors, crime and punishment. *European Journal of Criminology*, 4, 2008. Doi: 10.1177/1477370815584262

FERNANDES, C. J. N. *O ensino em meio prisional e as expectativas futuras de reinserção social dos reclusos*. (Dissertação de mestrado). Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2010.

FERREIRA, I. C. P. *Reinserção Social e Diferença de Género*. (Dissertação de mestrado). Universidade do Minho, 2016.

FROIS, C. *Mulheres Condenadas: histórias de dentro da prisão*. (6ª.). Lisboa: Tinta da China, 2017.

GERALDO, H. E. M. *Viver na prisão: opiniões, vivências e perspectivas de futuro*. (Dissertação de mestrado). Universidade Lusíada do Porto, 2017.

GOFFMAN, E. *Stigma: Notes of the Management of Spoiled Identity*. Toronto: Penguin Books, 1963.

GOMES, I. R. *Da prisão à liberdade: reinserção social de ex-reclusos* (Dissertação de Mestrado), 2008. Disponível em: ISCTE-IUL Repositório (10071/1366).

GOMES, S. A. M. *Caminhos para a prisão: uma análise do fenómeno da criminalidade associada a grupos estrangeiros e étnicos em Portugal*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2014.

GOMES, S. A. M. *Criminalidade, Etnicidade e Desigualdades: análise comparativa entre grupos nacionais dos PALOP e Leste Europeu e o grupo étnico cigano*. (Dissertação de doutoramento). Universidade do Minho, 2013.

GOMES, S., & GRANJA, R. *Mulheres e crime: Perspetivas sobre intervenção, violência e reclusão*. (1ªed.). Braga: Edições Húmus, 2015. ISBN: 9789897551147

GONÇALVES, R. A. *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. Quarteto Editora: Coimbra, 2002.

GRANJA, R. P. G. *Para cá e para lá dos muros: relações familiares na interface entre o interior e o exterior da prisão*. (Dissertação de doutoramento). Universidade do Minho, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/38326>

HARDING, D., MORENOFF, J., & ERBERT, C. O Lar é Difícil de Encontrar: Bairros, Instituições e as Trajetórias Residenciais de Prisioneiros Retornantes, *Anais da Academia Americana de Ciências Políticas e Sociais*, vol. 647 (1), pp. 214-236, 2013.

HUNT, K. & DUMVILLE, R. *Recidivism among federal offenders: a comprehensive overview*. United States Sentencing Commission, 2016. Disponível em: [http://www.ussc.gov/sites/default/files/pdf/research-and-publications/research-publications/2016/recidivism\\_overview.pdf](http://www.ussc.gov/sites/default/files/pdf/research-and-publications/research-publications/2016/recidivism_overview.pdf)

LATESSA, E. J., LISTWAN, S. J. & KOETZLE, D. *What works (and doesn't) in reducing recidivism*. New York: Andersen Publishing, 2014.

LISTWAN, S. J., SULLIVAN, C. J., AGNEW, R., CULLEN, F. T. & COLVIN, M. The pains of imprisonment revisited: The impact of strain on inmate recidivism. *Justice Quarterly*, 30(1), 125, 2011. Doi: 10.1080/07418825.2011.597772

LOPES; ANA & FRACOLLI, L. Revisão sistemática de literatura e metassíntese qualitativa: considerações sobre sua aplicação na Pesquisa em enfermagem. *Revista Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2008 Out-Dez; 17(4): 771-8, 2008.

- MATOS, R. *Vidas Raras de Mulheres Comuns: percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*. (1º ed.). Coimbra. Edições Almedina, 2008.
- MARINÕ, J. Análise comparativa dos efeitos da base socioeconômica, dos tipos de crime e das condições de prisão na reincidência criminal, *Sociologias*, vol. 4 (8): 220-244, 2002.
- MARTINS, M. J. & CASASNOVAS, J. Histórias de vida de reclusos e reinserção social. *INFAD Revista de Psicologia*, 1(1), 553-564, 2014.
- MOFFITT, T. E. Adolescence-limited and life-course persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 674–701, 1993.
- MOFFITT, Terrie & CASPI, Avshalom. Comportamento anti-social persistente ao longo da vida e comportamento anti-social limitado à adolescência: seus preditores e suas etiologias. *Revista Portuguesa da Pedagogia*, XXXIV, 1,2 e 3, pp. 65-106, 2000.
- MOFFITT, T.E., CASPI, A., HARRINGTON, H. & MILNE, B.J. *Males on the Life-Course-Persistent and Adolescence-Limited Antisocial Pathways: Follow-Up at Age 26 Years. Development and Psychopathology*, 14, 179-207, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1017/S0954579402001104>
- MCCORD, J. *Family Relationships, Juvenile Delinquency and Adult Criminality. Criminology*, 29, 397-427, 1991.
- MCGLOIN, J.M., SULLIVAN, C.S., PIQUERO, A.R., & PRATT, T.C. *Local life circumstances and offending specialization/versatility: comparing opportunity and propensity models. Journal of Research in Crime and Delinquency*, 3, 2007.
- MEARS, D.P. e MESTRE, J. Reentrada de Prisioneiros, Emprego, Sinalização e Melhor Identificação de Desisters: *Introdução à Edição Especial, Criminologia e Políticas Públicas*, 11 (1): 5-15, 2012.
- MILLS, A., & CODD, H. Prisoners' families. In Y. Jewkes (Ed.), *Handbook on Prisons* (pp. 672-695). Cullompton, Devon: Willan Publishing, 2007.
- MORENOFF, J. D. & HARDING, D. J. *Incarceration, Prisoner Reentry, and Communities. Annual Review of Sociology*, 40(1), 411-429, 2014.
- NEVES, A. *Reincidência em Comportamentos Criminais e Violentos: Caracterização e Avaliação do Risco* (Tese de Doutoramento, Universidade do Minho), 2009. Disponível em: RepositóriUM <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10992>
- NEVES, A. A Intervenção Promotora da Reinserção Social da População Reclusa. In F. Amaro & D. Costa (Coord), *Criminologia e Reinserção Social* (pp. 21-41). Lisboa: Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação, 2019.
- NÚNCIO, M. A Intervenção Promotora da Reinserção Social da População Reclusa. In F. AMARO & D. COSTA (Coord), *Criminologia e Reinserção Social* (pp. 21-41). Lisboa: Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação, 2019.
- OMBUDSMAN et al. (2011). *More prisons are not the answer to reducing crime*. Victoria: Smart Justice, 2011.
- PARENTE, J. S. *O trabalho penitenciário enquanto factor de reinserção social*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Direito da Universidade do Porto, 2006.
- PETERSILIA, J. *Quando os prisioneiros chegam em casa: liberdade condicional e prisioneiro chegam em casa*, Oxford: Oxford University Press, 2003.
- PETERSILIA, J. *When prisoners return to communities*. *Federal Probation*, 65(1), 3- 15, 2001.
- PEREIRA, S. A. *Perceções Futuras da População Reclusa Portuguesa face à Ressocialização: Estudo qualitativo no Estabelecimento Prisional do Vale do Sousa*. (Dissertação de mestrado). Universidade Fernando Pessoa do Porto, 2017.
- PIMENTA. *Prisão de mulheres*. Odivelas: Europress. Editores e Distribuidores de Publicações, Lda, 1992.
- PINTO, R. P. Estado, Pobreza e Punição: *Sobre o modelo analítico de Loïc Wacquant e seu contributo para a compreensão da ação institucional no caso português*. Porto: Edições

Afrontamento, 2016.

- PIQUERO, A. & MAZEROLLE, P. Introduction. In Piquero A. & Mazerolle P. (Ed.), *Life Course Criminology – Contemporary and Classic Readings*. Stamford: Wadsworth Thomson Learning, pp. 8-20, 2001.
- POLACHEK, D.L.L. & REYNOLDS, N. Assessment and treatment: violent offenders. In C.R. Holin (Ed.), *The Essential Handbook of Offender Assessment and Treatment* (pp. 201 – 218). Chichester: Wiley, 2004.
- RIBEIRO, M. C. O., SANI, A. I. Modelos explicativos da agressão: Revisão teórica. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 6, pp. 96-104, 2009.
- RODRIGUES, A. M. *Novo olhar sobre a questão penitenciária*. Coimbra Editora (2ªEd.), 2002.
- RODRIGUES, F. A. *A Experiência Prisional na Reinserção Social: Uma análise comparativa entre grupos de reclusos adultos e jovens adultos*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho, 2017. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/49601>
- RODRIGUES, V. R. *Ala Feminina: Pode a reclusão revelar mistérios da condição da mulher?* Desassossego (3ª ed.), 2018. isbn: 9789898892041
- RODRIGUES, P. G. *O trabalho prisional e a reintegração social dos reclusos*. (Dissertação de Mestrado), 2019. Universidade Católica Portuguesa de Lisboa. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/28984/1/O%20TRABALHO%20PRISIONAL%20E%20A%20REINTEGRAÇÃO%20SOCIAL%20DOS%20RECLUSOS.pdf>
- ROSEIRA, A. P. *A porta da Prisão: o guarda prisional e o castigo*. (1º ed.). Porto. Edições Afrontamento, 2020.
- SANTOS, M. J. M. *A sombra e a Luz: As prisões do Liberalismo*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- SAMPSON, R. J., & LAUB, J. H. (1993). *Crime in the Making: Pathways and Turning Points through Life*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.
- SOUSA, J. R. S. *Da Reincidência Penal – Os avanços e recuos de um instituto complexo*. (Dissertação de mestrado). Universidade de Coimbra, 2013.
- SOUSA, C. *As Políticas de Reinserção Social de Reclusos: um estudo de caso com reincidentes* (Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior), 2015. Disponível em: [https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/5512/1/4153\\_7991.pdf](https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/5512/1/4153_7991.pdf)
- SILVA, C. B. M. “*A vida de ex-reclusos, por suas palavras. Os liames entre a vida na prisão e a (re)inserção social*”. (Dissertação de mestrado). Faculdade de letras da Universidade do Porto, 2012. Disponível em : <http://hdl.handle.net/10216/66006>
- SILVA, Manuela, “Pobreza e Exclusão Social: A investigação em Portugal nos últimos 25 anos” in *Pobreza e Exclusão Social – Percursos e Perspectivas da Investigação em Portugal – Actas do Seminário*. Lisboa: ISMAIL, 1999.
- SYKES, G. *The Society of captives: A study of a maximum security prison*. New Jersey: Princeton University Press, 2007.
- THORNTON, D. (2013). Implications of our developing understanding of risk and protective factors in the treatment of adult male sexual offenders. *International Journal of Behavioural Consultation and Therapy*, 8(3-4), 62–65, 2013. doi: 10.1037/h0100985
- TRAVIS, J. & CHRISTIANSEN, K. (2006). *Failed Reentry: The challenges of back-end sentencing*. Georgetown Journal on Poverty Law & Policy, XIII (2), 249-260, 2006.
- TRAVIS, J. & VISHNER, C. *Prisão de Reentrada e Crime na América*, Cambridge: Cambridge University Press. United Nations Office on Dprugs and Crime (2012). *Introductory Handbook on the evention of recidivism and social reintegration of offenders*. New York: ONODC, 2005.
- United Nations Office on Drugs and Crim. *Introductory Handbook on the prevention of recidivism and social reintegration of offenders*. New York: ONODC, 2012.
- VELOSO, A. S. F. *Prisão, Reinserção Social e Reincidência: Reflexões Teóricas e Empíricas*.

- (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho, 2018.
- DUARTE, V., VIEITES-RODRIGUES, L. Intervenção com raparigas delinquentes: contributos para uma discussão focada no género. In S. Gomes & R. Granja (Ed.), *Mulheres e Crime - perspectivas sobre intervenção, violência e reclusão* (pp. 15-30), Famalicão: Editora Húmus, 2015. ISBN: 978-989-755-114-7 Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.24/573>
- VISHER, C. A., & TRAVIS, J. *Transitions from prison to community: Understanding individual pathways*. *Annual Review of Sociology*, 29(1), 89-113, 2003.
- WARD, A. K., DAY, D. M., BEVC, I., SUN, Y., ROSENTHAL, J. S., & DUCHESN, T. *Criminal Trajectories and Risk Factors in a Canadian Sample os Offenders*. *Criminal Justice and Behaviour*, 1278-1300, 2010
- YESSINE, K & BONTAM, J. *Les cheminements menant aux crimes graves, Sa Majesté la Reine du chef du Canada, 2008*. N° de cat.: PS3-1/2008-1F-PDF N° ISBN : 978-0-662-08891-2
- ZARA, G. & FARRINGTON, D. P. *Criminal Recidivism: explanation, prediction and prevention*. Routledge Taylor & Francis Group, 2016.